

---

**Programa de Pós-Graduação em Educação**  
**Universidade do Estado do Pará**  
**Belém-Pará- Brasil**



---

Revista Cocar. Edição Especial. N. 33/2024 p. 1-5      ISSN: 2237-0315  
**Dossiê: Educação do campo e Pronera: 25 anos de práxis pela vida com dignidade e educação pública nos territórios do campo**

---

**Apresentação**  
**Dossiê: Educação do campo e Pronera: 25 anos de práxis pela vida com dignidade e educação pública nos territórios do campo**

*Presentation*  
*Dossier: Rural education and Pronera: 25 years of praxis for life with dignity and public education in rural areas*

Eliana Campos Pojo Toutonge  
Rosenildo da Costa Pereira  
Salomão Mufarrej Hage  
**Universidade Federal do Pará (UFPA)**  
Belém-Pará-Brasil

O presente Dossiê reúne estudos e produções acadêmicas comprometidas com a Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que apresentam reflexões sobre as políticas, programas, processos e práticas educativas construídas com a participação do Movimento da Educação do Campo em seus 25 anos de existência.

A Educação do Campo nasceu das experiências de mobilização e luta pelo Direito à Educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses das classes trabalhadoras do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos das florestas, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais (FONEC, 2023).

O PRONERA é uma política pública referenciada com uma metodologia horizontal, participativa e democrática que envolve o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária), as universidades públicas e os sujeitos e seus movimentos e organizações de luta por Reforma Agrária, sendo esses últimos seus principais construtores. (MST, 2023)

O Movimento da Educação do Campo criado em 1998 completa 25 anos de mobilização e luta em todo território brasileiro pela garantia do Direito dos povos do campo, das águas e das florestas à Educação Pública, gratuita, diferenciada e ofertada presencialmente, com a construção de escolas nos seus próprios territórios, formação de educadoras e educadores, e oferta da escolarização em todos os níveis e etapas da Educação Básica e Superior, sintonizadas com suas realidades territoriais.

Seu protagonismo na proposição de políticas públicas educacionais sintonizadas com a vida, o trabalho e a afirmação dos territórios e territorialidades do campo, das águas e das florestas durante a sua existência, nos leva a reconhecer que:

Seu protagonismo na proposição de políticas públicas educacionais sintonizadas com a vida, o trabalho e a afirmação dos territórios e territorialidades do campo, das águas e das florestas durante a sua existência, nos leva a reconhecer que:

Não é mais possível aos livros de História de Educação no Brasil não acrescentar mais um capítulo à sua periodização:

#### **A construção da Educação do Campo!**

O protagonismo dos Movimentos Sociais Populares e Sindicais do campo, aliados aos realizados pela Educação Básica e Superior de todo o país, juntos na luta pelo direito à educação dos camponeses, foi capaz de construir um imenso patrimônio de práticas educativas, que não pode mais ser apagado, porque fincou raízes dentro de nós: construímos juntos uma nova forma de educar. (Carta Manifesto dos 20 anos da Educação do Campo e do PRONERA, 2018)

A ocupação do **“latifúndio do saber”**, um território há séculos bem cercado e muito protegido, tem sido uma das conquistas mais celebradas pelo Movimento da Educação do Campo, em suas lutas e mobilizações pela política pública de Educação do Campo para assegurar aos povos do campo, das águas e das florestas o acesso à escolarização em todos os níveis, inclusive os mais elevados, a graduação e pós-graduação, onde o processo de produção do conhecimento científico se efetiva com mais intensidade.

O Movimento da Educação do Campo também luta para que as experiências político-pedagógicas acumuladas pelos sujeitos do campo sejam reconhecidas e legitimadas pelo sistema público nas suas esferas correspondentes. Entretanto, exatamente pelos sujeitos

envolvidos e a materialidade social que a instituiu, a marca de origem da Educação do Campo e de seu projeto educativo foi sendo constituída pela tomada de posição nos confrontos entre concepções de agricultura, de projetos de campo, de educação e de lógica de formulação das políticas públicas. (Fonec, 2023)

Uma das políticas criadas em 1998 pelo Movimento da Educação do Campo foi o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, visando formar educadores/as e sujeitos dos territórios de reforma Agrária de nosso país, e este ano também completa 25 anos de existência, contribuindo para a formação dos brasileiros residentes nos acampamentos e assentamentos rurais, de reforma agrária e agroextrativistas de todo o Brasil.

O Programa foi criado ainda no vigor da mística que permeava o conjunto do movimento e da sociedade pelos massacres de Eldorado do Carajás e Corumbiara. Inicialmente, destinava-se apenas aos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA); mais tarde, passou a incluir também os beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), e demais grupos atendidos ou reconhecidos pelo Incra, tais como: quilombolas e projetos de assentamentos agroextrativistas estaduais.

Desde seu nascedouro, o Programa vem garantindo acesso à escolarização a milhares de jovens e adultos, trabalhadores das áreas de reforma agrária que, até então, não haviam tido o direito de se alfabetizar, tampouco o direito de continuar os estudos em diferentes níveis de ensino.

Em seus vinte e cinco anos de existência, o PRONERA vem assegurando o direito à educação escolar para jovens e adultos do campo. Esses jovens e adultos, por diversos motivos, entre eles a completa ausência de políticas públicas no campo, não conseguiram ter seu direito à educação assegurado nas etapas anteriores de suas vidas.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre os anos de 1998 e 2018, o Programa ofertou 499 cursos em parceria com 94 instituições de ensino, atendendo 186.734 beneficiários, desde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) até programas de pós-graduação. Demonstrando que o PRONERA tem contribuído diretamente na democratização da educação para as populações do campo, justificando a necessidade de continuação e fortalecimento de suas ações.

## Apresentação

*Dossiê: Educação do campo e Pronera: 25 anos de práxis pela vida com dignidade e educação pública nos territórios do campo*

Desde o Golpe de 2016 o PRONERA sofreu diversas investidas contra a sua continuidade. Houve uma drástica redução orçamentária, interrompendo o andamento de vários cursos. Fechou as portas para os Movimentos Sociais Populares, buscando deslegitimar estes como protagonistas na gestão das políticas públicas.

Como consequência, por meio de decreto, o Governo federal anterior no início de seu governo extinguiu todos os conselhos, comissões e outros mecanismos de participação popular que contribuíam na gestão democrática de diversas políticas públicas em distintos ministérios e secretarias federais. Esse decreto extinguiu também a então Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA (CPN).

A pressão e posicionamento do Fórum Nacional de Educação do Campo - FONEC, de parlamentares, movimentos sociais e as notificações da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) e a recomendação do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) foram determinantes para manter a existência do Programa e continuar pautando a Educação em sua agenda.

Um dos desafios nestes tempos é consolidar o PRONERA, como política pública que se constitui a partir do envolvimento de governos, Universidades e Movimentos Sociais. Essa articulação é força política, que se materializa no número de pessoas estudando e das Instituições de Educação Superior (IES) envolvidas.

O PRONERA é responsável pela formação de uma geração de lutadoras e lutadores do povo, camponeses e camponesas, de uma gigantesca massa de jovens oriundas e oriundos do campo, das áreas de reforma agrária. Ele tem cumprido um papel fundamental na garantia de direitos aos povos do campo, fortalecendo a Educação do Campo e a construção de um projeto de país mais democrático e popular.

Em suma, a presente proposta de Dossiê tem como objetivo reunir diversos estudos e produção acadêmica sobre a Educação do Campo e o PRONERA, visando dar ampla visibilidade aos modos diferenciados e cooperados de vida dos povos tradicionais e camponeses, articulados com suas conquistas em termos de políticas, programas, processos e práticas educativas construídas com a participação efetiva dos movimentos sociais representativos dos povos do campo, das águas e das florestas.

## **Sobre os organizadores**

### **Eliana Campos Pojo Toutonge**

Doutorado em Ciências Sociais pela UNICAMP. Professora Associada da UFPA com atuação no Campus Universitário de Abaetetuba. Pesquisadora da Educação na Amazônia e de Crianças em suas infâncias em territórios rurais da Amazônia paraense, coordena o Grupo de Pesquisa e Extensão De Bubuia Amazônica – infâncias, territórios rurais e processos educativos e culturais. E-mail: [elianapojo@ufpa.br](mailto:elianapojo@ufpa.br) Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7466-3996>

### **Rosenildo da Costa Pereira**

Pós-doutorando em Cidades, Territórios, Identidades e Educação – PPGCITE-UFPA. Doutor em Antropologia Social pela UFPA. Servidor público lotado na Secretaria Municipal de Educação de Abaetetuba-Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa e Extensão De Bubuia Amazônica – infâncias, territórios rurais e processos educativos e culturais. Email: [rosenildopereira@gmail.com](mailto:rosenildopereira@gmail.com) Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-8747-5276>

### **Salomão Mufarrej Hage**

Doutorado em Educação: Currículo pela PUC-SP e Doutorado Sanduíche na Universidade de Wisconsin-Madison, nos Estados Unidos. Professor Titular da UFPA com atuação no Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED-ICED) e no Programa de Linguagens e Saberes na Amazônia (PPLSA), em Bragança. Bolsista produtividade do CNPq, coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, das Águas e das Florestas nas Amazônias, a Frente em defesa das Escolas do Campo do FONEC e o Fórum Paraense de Educação do Campo. [salomao\\_hage@yahoo.com.br](mailto:salomao_hage@yahoo.com.br) ORCID - <http://orcid.org/0000-0002-2859-1346>